



**MPPB**  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA PARAÍBA

# MODELO TEÓRICO

## COLETA SELETIVA



2025

Assinado eletronicamente por: JONATHA VIEIRA em 15/04/2025

**ANTÔNIO HORTÊNCIO ROCHA NETO**

Procurador-geral de Justiça

**VASTI CLÉA MARINHO DA COSTA LOPES**

1ª Subprocuradora-geral de Justiça

**FRANCISCO PAULA FERREIRA LAVOR**

2º Subprocurador-geral de Justiça

**FRANCISCO ANTÔNIO DE SARMENTO VIEIRA**

Corregedor-geral

**ARISTÓTELES DE SANTANA FERREIRA**

Subcorregedor-geral

**JOSÉ GUILHERME SOARES LEMOS**

Ouvidor

**RODRIGO MARQUES DA NÓBREGA**

Secretário-geral – Seger

**CRISTIANA FERREIRA MOREIRA CABRAL DE VASCONCELLOS**

Secretária de Planejamento e Gestão – Seplag

## **PRODUÇÃO**

### **Textos:**

Como implementar a COLETA SELETIVA no seu município? Roteiro para planejamento e implementação da Coleta Seletiva

### **Editoração eletrônica:**

Jonatha Vieira de Sousa (Diretor Administrativo)

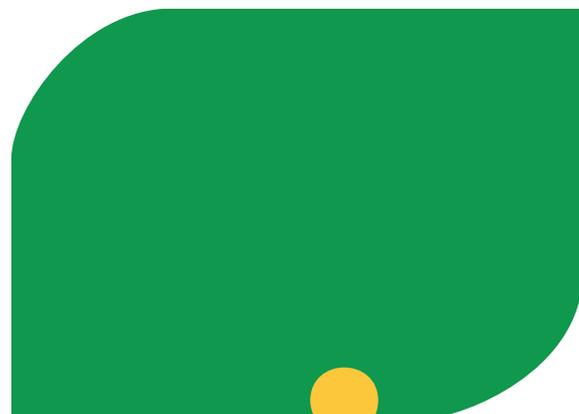
### **Imagens:**

Bancos de imagens públicos



Assinado eletronicamente por: JONATHA VIEIRA em 15/04/2025

# ÍNDICE DE CONTEÚDO



## P.1

Introdução

## P.2

Um retrato do estágio atual

## P.3

O que é importante saber

## P.4

Aspectos para implementar coleta seletiva

## P.5

Como implantar a coleta seletiva no MPPB

## P.6

Funcionamento da coleta seletiva

## P.7

Considerações finais

# INTRODUÇÃO

A Lei Federal n 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, em seu art. 3º, V, trouxe a definição de coleta seletiva como sendo a coleta de resíduos sólidos previamente segregados, conforme sua constituição ou composição. Ainda de acordo com o dispositivo legal, também estão sujeitas às obrigações estabelecidas na referida lei as pessoas jurídicas de direito público responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos daquela natureza. Assim, o Ministério Público da Paraíba deve adotar práticas para adequar suas rotinas à mencionada Política Nacional.

A implementação de coleta seletiva em uma instituição pública cuja missão típica não está relacionada diretamente com a produção, coleta e destinação de resíduos é tarefa que requer engajamento, investimentos, capacitação, clareza dos benefícios e beneficiados. Implantar a destinação final ambientalmente adequada, a logística reversa e demais processos relacionados à política nacional de resíduos sólidos impacta no meio ambiente e promove o bem-estar.

Além de ser uma ação ambiental, a coleta seletiva pode ser fonte de renda familiar, contribuindo para a redução de problemas sociais que aportam no Ministério Público, sobretudo as vulnerabilidades relacionadas à prática de crimes, violência contra crianças e adolescentes, violência contra a mulher etc. Assim, a coleta seletiva, antes de ser apenas um ideal teórico, é alternativa capaz de modificar vidas e incluir pessoas no mercado de trabalho digno. É, sim, medida de justiça social necessária.

ANTÔNIO HORTÊNCIO ROCHA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

Diretoria Administrativa

Modelo Teórico: Coleta Seletiva



# UM RETRATO DO ESTÁGIO ATUAL

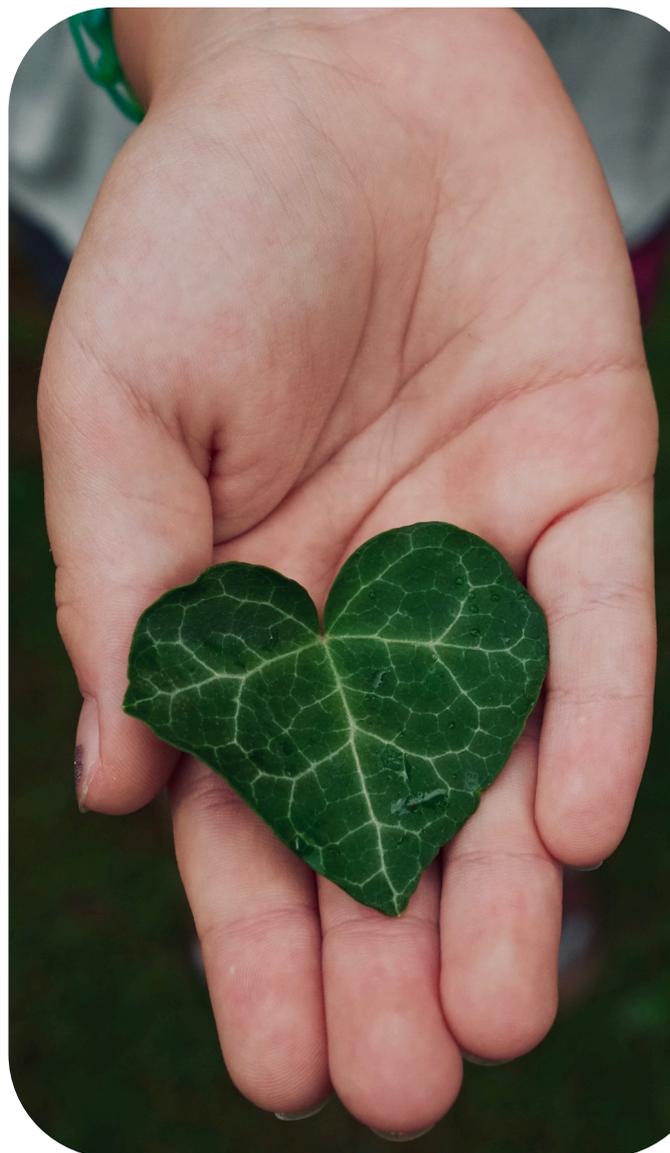
2

## A atual política sobre coleta seletiva no MPPB

O Ministério Público da Paraíba é integrado atualmente por aproximadamente 1000 pessoas, entre procuradores e procuradoras de justiça, promotores e promotoras de justiça, servidores e servidoras, funcionários e funcionárias terceirizadas, estagiários e estagiárias. Existem promotorias de Justiça e outros órgãos ministeriais em 48 (quarenta e oito) municípios do Estado da Paraíba. A maior concentração de pessoas está em João Pessoa, com cerca de 50% do total de pessoas.

Não há, no Ministério Público da Paraíba, política normatizada e implantada sobre coleta seletiva.

O depósito de resíduos sólidos é em cestos de lixo nos ambientes de trabalho, sem diferenciação pela constituição ou composição. Já a coleta é feita nos setores por funcionários terceirizados, que levam os resíduos para depósitos externos de lixo, a fim de serem coletados pelas empresas municipais de limpeza urbana, ou seja, sem nenhum tratamento.



Assinado eletronicamente por: JONATHA VIEIRA em 15/04/2025



Diretoria Administrativa

Modelo Teórico: Coleta Seletiva

# O QUE É IMPORTANTE SABER? <sup>3</sup>



A realidade brasileira indica baixa taxa de implementação de coleta seletiva, muitas vezes caracterizando-se, ainda, como um processo caro para instituições, o que, a princípio poderia ser entendido como um gasto, mas, na verdade, trata-se de investimento que indica:

- MOBILIZAÇÃO SOCIAL;
- LOGÍSTICA DE COLETA;
- DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS.



Diretoria Administrativa

Modelo Teórico: Coleta Seletiva

# ASPECTOS PARA IMPLEMENTAR COLETA SELETIVA

4



"Por que fazer coleta seletiva?"

As respostas para essa pergunta são de cunho social, ambiental, técnico e prático. A implementação de coleta seletiva indica aproximação de rotinas administrativas a uma cadeia de valor que vai desde a produção do resíduo sólido à destinação final ambientalmente adequada do resíduo. Assim, podemos relacionar alguns aspectos quanto à implantação de coleta seletiva:

Social	Ambiental	Custos
Melhora condições sanitárias e de bem-estar.	Reuso de materiais reduz uso de matérias-primas e impactos ambientais.	Reduz custos com destinação final em aterros.
Reduz despesas com saúde pública.	Reduz emissões de gases de efeito estufa.	Permite aumento da vida útil do aterro sanitário.
Gera trabalho e renda local.	Permite aumento da vida útil do aterro sanitário.	Sistematiza o fluxo de coleta de resíduos e o torna mais efetivo e eficiente.

Diretoria Administrativa

Modelo Teórico: Coleta Seletiva

# Como implantar a coleta seletiva no MPPB

Premissas necessárias à implantação

5

## Processos

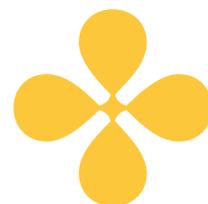
Mapeamento

## Investimentos

Recursos humanos e matérias necessários

## A implantação de coleta seletiva no Ministério Público da Paraíba requer:

- Engajamento político institucional;
- Inclusão de todas as pessoas que integram o Ministério Público da Paraíba;
- Aporte orçamentário e financeiro;
- Capacitação;
- Mapeamento e implementação de processos de trabalho;
- Formalização de acordos de cooperação;
- Monitoramento.



1

Como medida de governança, a Administração Superior deve se envolver e capitanear as ações sobre coleta seletiva;

2

A coleta seletiva deve incluir todas as pessoas: procuradores(as), promotores(as), servidores(as), funcionários(as) e estagiários(as) para que todos os setores desenvolvam as ações mapeadas

3

Na construção do orçamento, é preciso que haja aporte de recursos para aquisição de bens e contratação de serviços mapeados;

4

Implementar coleta seletiva requer a promoção de capacitação técnica tanto para quem gerenciará quanto para quem executará os processos de trabalho mapeados;

5

Como nova rotina, há a necessidade de serem mapeados e implementados todos os fluxos relacionados à coleta seletiva, desde a separação até a destinação final dos resíduos;

6

É indispensável a formalização de acordos de cooperação com cooperativas e organizações que gerenciam resíduos sólidos;

7

O monitoramento é capaz de identificar pontos vulneráveis, com adoção de medidas de contorno e revisão.

Diretoria Administrativa

Modelo Teórico: Coleta Seletiva

# FUNCIONAMENTO DA COLETA SELETIVA

6

A partir da implantação dos processos de trabalho mapeados, a coleta seletiva se inicia com a separação dos resíduos, diferenciando-os em frações. É o caso de não misturar papel e sobras de alimentos, por exemplo.

No Ministério Público da Paraíba, a partir das características da Instituição, já que não é atividade típica do órgão o tratamento de resíduos, é importante que se avaliem três aspectos principais:

1. Número de frações a serem coletadas separadamente (tipos de materiais);
2. O fluxo da logística de coleta;
3. Agente coletor.



**Meio  
Ambiente**

**PRATIQUE  
COLETA SELETIVA**

## Especificando cada aspecto da coleta seletiva...

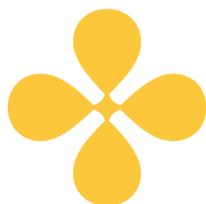
1.	2.	3.
Quantidade de frações	Características da logística da coleta	Agente coletor

- Duas frações;
- Três frações...

- Porta a porta, com dias de coleta previamente ajustados.

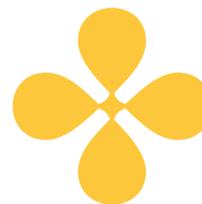
- Prefeitura;
- Associações;
- Cooperativas.

A definição, estruturação e especificação de papeis, a partir dos aspectos indicados, permite a sistematização do fluxo de tarefas executadas na coleta seletiva, desde a seleção até a destinação final do resíduo.



**Diretoria Administrativa**

**Modelo Teórico: Coleta Seletiva**



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

## Coleta seletiva como prática sustentável, estratégica, prioritária e social

### Meio ambiente

A coleta seletiva, enquanto rotina estruturada, financeiramente prioritária e sistematizada no Ministério Público da Paraíba, assume papel fundamental no desenvolvimento sustentável da Instituição. Trata-se de ação administrativa focada no reuso e na reciclagem, o que contribui com o meio ambiente, principalmente ao evitar a extração de matérias primas para a produção de novos bens de consumo.

De forma direta, o MPPB também está contribuindo para a gestão de resíduos sólidos feita por agentes públicos e privados, evitando, com isso, poluição de rios, marés, ruas e outros espaços públicos.

### Custos

Os custos indicados no mapeamento dos processos de trabalho para implantação de coleta seletiva no MPPB revestem-se, na verdade, de investimento na qualidade de vida daqueles que integram a Instituição.

Além disso, alocar recursos para aprimorar práticas que refletem diretamente na preservação do meio ambiente é iniciativa que faz parte da estratégia nacional do Ministério Público e justifica a priorização dessa demanda.

### Social

Cooperativas e associações empregam trabalhadores(as) que sustentam famílias com o trabalho em coleta seletiva. Assim, planejar e implementar coleta seletiva é uma ação de proteção do meio ambiente, mas, também, um pacto social feito pelo Ministério Público da Paraíba na proteção de populações vulneráveis que necessitam da atuação da Instituição.





Assinado eletronicamente por: JONATHA VIEIRA em 15/04/2025

